



REDESENHANDO ESPAÇOS PÚBLICOS NA CHICO MENDES

CAMILA DELVAZ ALVES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CTC - DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
ORIENTADOR: EDUARDO CASTELLS

2011-1

ASSENTAMENTOS IRREGULARES

Os assentamentos irregulares são aglomerações habitacionais em condição fundiária irregular, via ocupação espontânea da terra, com carência de infraestrutura, correspondendo usualmente à população de baixa renda, mesmo que em alguns casos parte dessas características possa não estar presente.

Esses aglomerados de baixa renda apresentam indicadores desfavoráveis associados à vulnerabilidade social, com indicadores críticos em relação à saúde, educação, violência, trabalho e renda.

Os assentamentos irregulares vêm crescendo num ritmo acelerado, e o governo nacional vem tentando urbanizar essas áreas a fim de diminuir a marginalidade e irregularidade urbana. No entanto, é pertinente se questionar quanto ao tipo de urbanização que vem sendo implantada nesses lugares, e sobre o preço que esses moradores têm que pagar para fazer parte da “cidade formal”. Abrir ruas e legalizar lotes não é garantia de qualidade do espaço urbano, nem de integração das favelas à cidade legal. Fazer com que famílias numerosas vivam em habitações reduzidas sem acesso à cultura, lazer e trabalho não forma cidadãos.

Essas circunstâncias de degradação aliadas à imagem discriminatória da favela da forma com que é mostrada pela mídia fazem com que exista certo mito, apresentando-a como um lugar habitado por traficantes, mendigos e desocupados. Grande parte das vezes essa situação não corresponde à realidade, visto que a maioria de seus moradores são trabalhadores inseridos tanto no mercado formal quanto no informal.

A política praticada nos programas de urbanização geralmente é a do simples assistencialismo. O Estatuto da Cidade já define as favelas como áreas de interesse especial, que necessitam de regulação própria e políticas públicas apropriadas baseadas na especificidade de suas condições materiais. Por isto a importância de buscar novas formas de implantar projetos que venham propor o desenvolvimento e a integração social, procurando reverter o quadro existente, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas.

CULTURA

Para a antropologia, a cultura é toda e qualquer manifestação do homem em sociedade, tudo que permite às pessoas se comunicarem. Destaque para a importância da multiplicidade e da diferença nas manifestações entre pessoas e grupos sociais.

Uma das características dos seres humanos é a capacidade de absorver informações. As informações ajudam a formar caráter, personalidade, indivíduos, cidadãos. Mudar a maneira ortodoxa como a informação cultural é absorvida pode fazer com que esta se torne mais atraente, e assim, a apreensão de seus conteúdos seja imperceptível e prazerosa.

Porém, ainda hoje o conceito de cultura é bastante elitizado. Pode-se tomar como exemplo o caso da música: ritmos como o funk e o hip hop, com forte expressão nas comunidades de baixa renda, são estigmatizados pela mídia e por grande parte da sociedade como uma cultura da criminalidade, da obscenidade. Aliados a outros referenciais como cor e local de moradia, o preconceito torna-se ainda maior.

Um primeiro passo para o crescimento cultural da nossa sociedade seria procurar eliminar ou ao menos diminuir do imaginário social os preconceitos em relação às manifestações culturais populares, e ver que a cultura é um direito de todos os brasileiros, assim como o é a educação, a moradia, a saúde, a alimentação. Deste modo, tornaríamos nossa cultura ainda mais rica, já que estaríamos expandindo nossos imaginários, saberes, fazeres e convivências. A implantação de equipamentos culturais nas periferias e favelas é de extrema importância em termos educacionais, culturais e artísticos, tendo reflexos até mesmo na segurança, não só do interior das favelas como também nos bairros vizinhos.

TRABALHO

O crescimento do desemprego em todo o país foi acompanhado de mudanças na composição da estrutura ocupacional, ocorrendo uma diminuição gradativa da mão-de-obra empregada na indústria e no setor primário, sendo deslocada para o setor terciário, que geralmente se caracteriza por cobrir ocupações instáveis e mal remuneradas.

A participação das mulheres no mercado de trabalho vem crescendo ano após ano, embora elas enfrentem ainda muitas dificuldades para conciliar geração de renda com responsabilidades domésticas, particularmente se consideradas as restrições impostas pelas regras vigentes nos contratos trabalhistas.

Segundo dados do IBGE, no setor informal e nas ocupações menos especializadas os homens possuem uma renda média 50% superior à das mulheres. Mesmo no mercado formal, o avanço na participação das mulheres não tem significado condições igualitárias em relação aos homens.

Como decorrência deste quadro, cresce cada vez mais no Brasil a importância da pequena produção, representada pelas micro e pequenas empresas, associações e cooperativas, como mecanismo para geração de emprego e renda para as camadas mais pobres da população.

Embora não tenha a mesma proporção produtiva que as grandes empresas, a pequena produção ocupa um papel de destaque em termos de emprego, renda e diversidade na distribuição territorial.

Os assentamentos irregulares caracterizam-se também pela proximidade à cidade formal, tendo fácil acesso ao trabalho, comércio e serviços, sem a necessidade de gastos de tempo e dinheiro com transporte.

Sendo assim, é de grande importância que os equipamentos de geração de renda sejam próximos à moradia, principalmente no caso da população de baixa renda.

ESPAÇOS PÚBLICOS

Segundo Vaz, “O espaço público urbano é o conjunto de lugares de domínio do coletivo e são geridos pelas instituições governamentais, sendo proibida a sua utilização privada.” Esta categoria de espaços desempenha diversas funções para a cidade, como recreação, respiro para os ambientes urbanos densos, melhoria na paisagem urbana e possibilidade de interação e convívio social. Os espaços públicos urbanos abrigam uma ampla diversidade de tipologias de uso, a partir das suas funções predominantes: vias (circulação), praças (permanência), jardins (lazer), parques (passeio e visitação) assim como equipamentos de uso coletivo (instituições governamentais, esporte, cultura e lazer). Eles também são depositários da organização espacial das práticas cotidianas da população.

Segundo Jacobs, o espaço público “... Se não for no centro, deve situar-se onde a vida pulse, onde haja movimentação, atividades culturais, residências e comércio” (JACOBS, 2000, p. 110).

Nas favelas, geralmente os espaços públicos não são criados, mas sim gerados por áreas residuais da ocupação desordenada e do sistema viário. Dificilmente vemos nessas comunidades áreas de lazer e estar que sejam qualificadas, o que não quer dizer que os espaços, quando existentes, não sejam utilizados. Pelo contrário, as ruas são quase sempre mais utilizadas na cidade informal que na cidade formal. No entanto, espaços públicos projetados qualificam as relações e ampliam as possibilidades de atividades culturais e de lazer para a população.



REFORMULANDO OS EQUIPAMENTOS DE GERAÇÃO DE RENDA E CULTURA NA FAVELA

A partir da discussão sobre a cultura, o trabalho e os espaços públicos nas periferias e favelas, surge uma proposta específica de intervenção dentro de uma comunidade de baixa renda: a **“reformulação de um equipamento de geração de renda e criação de equipamento público para produção, difusão, usufruto e convivência cultural, que estimule a interação, o aprendizado e o lazer, na comunidade Chico Mendes”**. A idéia é conformar espaços públicos de multiuso e flexíveis que possam ser utilizados e adaptados às diversas atividades locais e comunitárias. Esta intervenção pressupõe a valorização da diversidade de manifestações culturais e artísticas dos moradores da comunidade, tendente a construir um novo conceito de sociabilidade urbana.

Já foi remarcado que o acesso à cultura, educação, trabalho, lazer e cidadania é um direito do ser humano. Entretanto, as políticas públicas raramente atendem esses direitos em comunidades carentes. Como antes enfatizado, os projetos implantados devem ser condizentes com a realidade de cada comunidade, devem responder aos anseios dos moradores e contribuir para a inclusão social e para a construção da cidadania, melhorando a qualidade de vida destas comunidades e se opondo ao quadro de abandono e marginalidade.

Ao analisar as intervenções em comunidades de baixa renda feitas pelo Estado notamos que os resultados não são muito promissores. Em geral, nota-se um simples caráter assistencialista, focado apenas nas necessidades primárias da comunidade, agindo de forma imediatista através de soluções generalistas já prontas.

LOCAL DE INTERVENÇÃO

O município de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, abrange a Ilha e pequeno território na área continental, totalizando uma área de 436,5 km² e 421.203,00 habitantes, segundo dados do IBGE/2010.

A parte continental é uma porção densamente ocupada do município, e desde o início serviu como importante base para o abastecimento e funcionamento do comércio e serviços da ilha. São mais de 100 mil habitantes, praticamente um quarto da população total do município, distribuídos numa área de 12,1 km².

Florianópolis conta atualmente com mais de 60 favelas, das quais pelo menos 20 localizam-se no continente (dados da CUFA [1]). O crescimento da cidade informal na parte continental deve-se aos menores custos de moradia e maior proximidade ao trabalho e serviços. A principal concentração de comunidades carentes nessa área da cidade encontra-se no bairro Monte Cristo. Destacam-se Chico Mendes, Nova Esperança, Novo Horizonte e Nossa Senhora da Glória. Por ser a área mais carente do continente, foi escolhido como setor da intervenção proposta no TCC, fazendo foco nessas comunidades, nas quais está em processo de finalização um projeto de urbanização implementado pela Prefeitura de Florianópolis.

A COMUNIDADE CHICO MENDES

A história dessas comunidades inicia-se na década de 50 com a ocupação de uma grande área na região do Monte Cristo, no local denominado de “Pasto de Gado”, por um conjunto de famílias vindas principalmente do interior do estado, em busca de melhores condições de vida. Inicialmente o terreno era propriedade da Prefeitura, mas foi depois transferido para a COHAB/SC. No final de década de 70 e início de 80 foi construído o Conjunto Habitacional Panorama, que ocupou apenas uma parte menor do terreno, sendo que o restante estava destinado a dar continuidade ao projeto. Porém, no final da década de 80, já com a primeira parte do projeto construído, as outras porções do terreno passaram a ser progressivamente ocupadas por população ‘sem-teto’, que ali começou a erguer seus barracos, dando assim início à primeira comunidade, a Chico Mendes. Mais tarde, mesmo depois de várias tentativas por parte da Prefeitura e da COHAB/SC em expulsar os invasores, todo o terreno terminou por ser tomado e novas comunidades surgiram na área, como a Nova Esperança, Novo Horizonte, Nova União e Santa Terezinha II. É que a COHAB/SC não conseguiu construir as outras etapas previstas no projeto original em tempo hábil, antes que aqueles que já estavam cadastrados no órgão para adquirir moradia no local terminassem por também participar da ocupação.

Na década de 90, a ocupação realizada de forma irregular e desordenada chegou ao limite, atingindo a totalidade da gleba. As ruas eram inexistentes, havia apenas “ruelas” ou “becos” para pedestres servindo de acesso aos barracos. Não havia nenhuma infraestrutura, o esgoto corria a céu aberto em valas, a água chegava com muita dificuldade, os caminhões de lixo só passavam nas ruas principais. Por isso, andar pela comunidade se convertia numa verdadeira aventura, transitando no meio da sujeira, insetos e roedores. Existiam locais com grande desnível, nos quais eram freqüentes os deslizamentos e conseqüente desmoronamento de barracos. O poder público passou muito tempo sem olhar para esse ponto da cidade, que se tornou a principal e maior favela da área continental de Florianópolis.

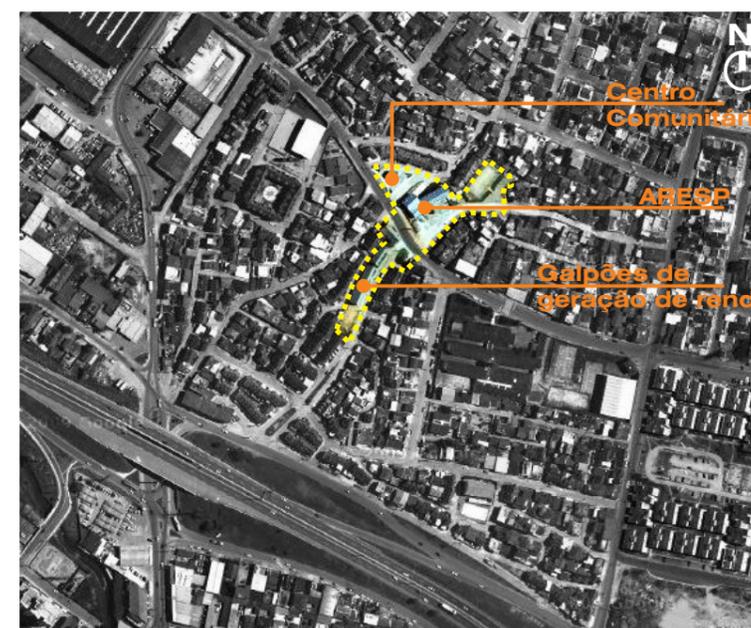


Foto aérea da comunidade em 2003.



Foto aérea da comunidade em 2006.

O PROJETO BOM ABRIGO

Em 2000, foi criado o projeto de urbanização, habitação e desenvolvimento comunitário chamado Projeto Bom Abrigo. Essa iniciativa se deu devido à abertura de linha especial de recursos para aplicação em áreas de interesse social pelo Governo Federal, através dos Programas Habitar Brasil e Habitar Brasil – BID. Para a escolha do local de intervenção, foi levado em conta a precariedade urbanística e habitacional, assim como situações de risco e nível de renda. Levou-se em conta também a situação fundiária, uma vez que o terreno deveria estar em nome do Município. Para isso, o terreno que pertencia à COHAB/SC, foi transferido à prefeitura. Outros fatores importantes foram o tempo de moradia e a organização comunitária.

Conforme dados do cadastro de moradores do ano 2000, havia 1.360 famílias que somavam 5.000 pessoas nas comunidades Chico Mendes, Novas Esperança e Nossa Senhora da Glória.

Além das condições urbanísticas e habitacionais, as condições sociais e educacionais também eram deficitárias, principalmente em relação à saúde, educação infantil, geração de renda e espaço comunitário. A violência e o tráfico de drogas eram problemas marcantes na comunidade.

Foi gerado um sistema viário estruturador, que além de manter grande parte das vias existentes, procurasse fazer interligações e alargamentos das vias muito estreitas. A proposta habitacional atenderia às famílias cujas unidades tivessem sido atingidas pelo sistema viário e a implantação de equipamentos sociais, ou situações de risco e de precariedade habitacional.

Com esse projeto foram realocadas mais de 500 famílias e foram abertas várias ruas, dentre elas a continuação da Joaquim Nabuco, que atravessa toda a comunidade Chico Mendes. Ao se tornar a principal rua do bairro, foi sobre ela que se concentraram as edificações de uso comunitário, como a creche, o centro comunitário e a escola básica Américo Dutra Machado. À medida que abriam as ruas foi também implantado o sistema de esgoto, de água encanada e luz, além da instalação de iluminação pública.

Na atualidade praticamente todas as ruas contam com calçamento e as principais com asfalto, e as unidades habitacionais assim como os equipamentos públicos foram concluídos. Ao todo, foram construídas 140 unidades habitacionais, sendo 32 apartamentos e 108 casas. Além das habitações, foram implantadas duas quadras de esportes (uma de areia e outra cimentada), parque infantil, duas creches, um centro comunitário, galpões de trabalho para geração de renda, e toda a infraestrutura urbana do bairro.

O projeto Bom Abrigo trouxe melhorias indiscutíveis para a população, principalmente habitacionais e de salubridade. A organização do sistema viário possibilitou a ronda policial, fator que diminuiu consideravelmente a violência e o tráfico de drogas, além de possibilitar a circulação do transporte público no interior da comunidade.

No entanto, esse projeto pode ser questionado no que diz respeito à sua compatibilização com a comunidade e o seu real resultado frente aos problemas presentes na favela. O super dimensionamento da Rua Joaquim Nabuco e de outras, priorizando o automóvel, diminuiu a presença das crianças nessas ruas. Ainda impuseram o modelo residencial mínimo e sem previsão de ampliação, no qual vemos constantemente “puxadinhos” para atender às necessidades dos moradores. Além disso, esse modelo implantado não conforma a rua, sendo que a mesma tipologia é implantada tanto no meio de quadra quanto nas esquinas, criando uma configuração urbana desqualificada.

OS PROJETOS SOCIAIS NA CHICO MENDES

A comunidade Chico Mendes é bastante ativa quanto à realização de projetos sociais. A 'Casa Chico Mendes' é a principal responsável pela organização e administração da maioria dos projetos. Existe ainda o 'Lar Fabiano', o 'CEDEP' e os CEC (Centro de Educação Continuada) que atendem a todo o bairro Monte Cristo, mas que em geral privilegiam projetos e atividades infantis.

A 'Casa Chico Mendes' foi fundada em 1994 e é responsável pelo processo de planejamento, realização, monitoramento e avaliação de todos os projetos e atividades desenvolvidas por eles. No entanto, a falta de apoio financeiro dos órgãos públicos e a falta de infraestrutura adequada fazem com que os projetos percam continuidade, já que a prefeitura quando mantém parceria o faz por tempo determinado.

Os principais projetos da comunidade são:

Projeto Tecendo Vidas – encontro quinzenal de mulheres que dialogam sobre suas vivências, trocando informação e formação e ao mesmo tempo desabafam sobre seus problemas e conquistas. Esse projeto teve como resultado a elaboração do livro “Mulheres de Chico”.

Projeto Esperança – trabalhar a inclusão social de crianças e adolescentes através de oficinas socioeducativas, buscando desenvolver a percepção em torno de sua corporeidade, trajetórias, histórias e identidades.

Projeto Bacarrua - Promover a inclusão socio-econômica de jovens e adolescentes do bairro através da criação de um centro cultural comunitário, focado na promoção dos elementos da cultura Hip Hop, como a dança, a música e o grafitti.

Revolução dos Baldinhos – projeto no qual são recolhidos restos de resíduos orgânicos e transformados em adubo. Esse projeto foi criado com o intuito de diminuir a quantidade de lixo das ruas e hoje envolve 95 famílias, além de duas agentes comunitárias e de dois bolsistas.

Há ainda a ARESP (Associação de Recicladores Esperança), que é resultado de uma parceria com a COMCAP, a qual entrega parte do lixo reciclável coletado no continente para a associação, que por sua vez separa e vende o material reciclado, gerando renda.



Comunidade no início das obras de urbanização.



Comunidade durante as obras de urbanização.



Vista do bairro Monte Cristo em 2009.



Vista atual da Rua Joaquim Nabuco.



Casa Chico Mendes.



Projeto Revolução dos Baldinhos.



Rappers do projeto Bacarrua.



ARESP

O LOCAL DE INTERVENÇÃO

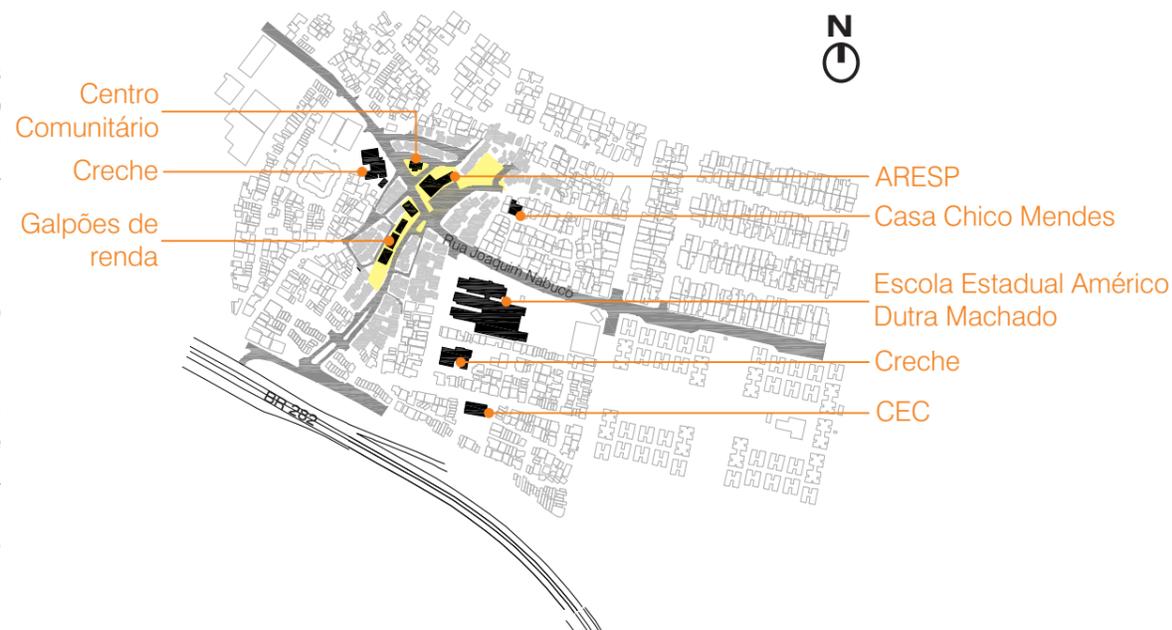
Após várias visitas à comunidade Chico Mendes e toda essa discussão sobre o local, a área escolhida para a intervenção situa-se nas margens da Rua Joaquim Nabuco e compreende os cinco galpões de geração de renda e o centro comunitário. O objetivo é complementar o projeto de urbanização da prefeitura reformulando essa área e esses equipamentos comunitários (que se encontram degradados e sem apropriação por parte dos moradores). A transformação desse espaço com a criação de áreas públicas de estar e lazer qualificadas reforçará a centralidade da comunidade baseada no encontro e na cultura para crianças, jovens e adultos.

OS EDIFÍCIOS EXISTENTES

Os cinco galpões de geração de renda existentes no local abrigam atividades diversas. O maior deles compreende a ARESP (Associação de Recicladores Esperança). A ARESP funcionava, antigamente, no pátio da COMCAP. Após a construção desse galpão, a associação foi transferida para o interior da comunidade, porém o espaço de produção foi reduzido e, conseqüentemente, a quantidade de trabalho também. Segundo os associados, mesmo gastando com transporte público, o lucro da associação era maior quando trabalhavam na COMCAP. Além disso, o pátio onde é descarregado o lixo reciclável está na maior centralidade do bairro, tornando a paisagem desagradável pela sujeira sempre presente. Outro fator de incoerência com o local da ARESP é a frequente circulação de caminhões de lixo no local. O segundo galpão funciona como depósito da COMCAP, já que alguns moradores da comunidade trabalham como garis pelos arredores do bairro. O terceiro galpão possui atividades diversas, desde reuniões comunitárias até aulas de dança de rua do projeto Bacarrua, porém está sempre fechado. Para que as atividades aconteçam é necessário pegar as chaves na Casa Chico Mendes. No quarto galpão são armazenados os aquecedores solares de

garrafas PET feitos pelos moradores no Morro da Queimada, pois na Chico Mendes não há espaço para a fabricação. Os aquecedores estão sendo implantados em todas as casas do projeto Bom Abrigo. O quinto galpão abriga o projeto Revolução dos Baldinhos. Há ainda a edificação onde deveria funcionar o Centro Comunitário, mas está totalmente degradada. Sua arquitetura remete a uma construção religiosa e foi utilizada apenas para velórios na época em que havia muitos assassinatos na comunidade. Como hoje a comunidade encontra-se pacificada, a edificação está inutilizada.

A linguagem arquitetônica desses equipamentos comunitários possui pobreza formal e confunde-se com a arquitetura implantada nas residências. A falta de qualidade e identidade dos equipamentos públicos faz com que a comunidade não crie laços com essas edificações, o que gera abandono e depredação.



Pátio da ARESP



Rua dos Pinheiros - Galpões de geração de renda



Rua Joaquim Nabuco - Centro Comunitário e ARESP ao fundo



SITUAÇÃO ATUAL

O local hoje possui galpões de geração de renda desconectados, com espaços internos pobres e generalizados, áreas verdes residuais do sistema viário, campos de futebol desqualificados, passeios subdimensionados, amplo pátio da ARESP com acúmulo de lixo e circulação de caminhões e centro comunitário abandonado.



INTERVENÇÃO

O projeto prevê a reforma dos galpões de geração de renda, mantendo a estrutura atual e transformando-os em espaços de cultura, educação e trabalho. O fechamento de duas ruas visa priorizar os pedestres e os espaços de estar. As coberturas funcionam como praças, permitindo relação entre os desníveis das ruas. A ideia é criar um espaço integrado no qual os projetos sociais possam ter continuidade e a população possa vivenciar experiências que contribuam para a humanização das relações, resgate da auto-estima e construção da cidadania.

- Fechamento da rua para criação de praça
- A ARESP será relocada, dando lugar a outras atividades de geração de renda.
- Criação de espaço público de lazer e estar
- Transformação dos galpões em edificação cultural única.



ESTAR E FLUXOS

Foram priorizadas conexões entre os diferentes níveis da área, com escadarias que ao mesmo tempo conformam espaços de estar. As coberturas como praças permitem o contato visual entre diferentes níveis do projeto, além de permitir instalação de feiras semanais dentre outras atividades.

ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO DE UM PROJETO NA COMUNIDADE

A comunidade quando expressa suas vontades, muitas vezes não é bem compreendida. Isto porque estes desejos quando são verbalizados acabam sendo simplificados. Porém para que pudessem ser percebidos no seu todo, necessitariam de uma participação mais ativa e sensível por parte do governo. Quando a comunidade não tem seus anseios concretizados, compreende a intervenção do poder público como algo imposto, não desenvolvendo um sentimento de pertencimento pela intervenção. Por esse motivo, os equipamentos produzidos por essas intervenções, logo acabam sendo abandonados e depredados.

O princípio básico na intervenção em favelas é conseguir a participação social ampla durante todo o processo. A comunidade deve ser protagonista do processo de constituição do espaço. Sua gestão, usos e programação devem ser resultados de uma construção coletiva. O sucesso da intervenção se dará pelo orgulho e pelo cuidado que a comunidade virá a ter após a intervenção projetual.

Propostas dessas características devem oferecer espaços complementares à habitação e à escola. Estes locais, geralmente inexistentes ou muito precários, podem ser vetores de valorização significativa no contexto da favela. É necessário que o poder público se apresente desprovido de simplismo assistencialista, que encare o morador dessas comunidades na sua humanidade, como ser que cria e que deseja. Que promova qualidade de vida e não apenas a urbanização da necessidade. Essa nova forma de intervenção visa tornar a população cidadã, inculcando uma consciência social, mostrando e assegurando seus direitos.

Neste sentido, o projeto em favelas não pode pensar o espaço independentemente da futura ocupação. Deve-se considerar que os espaços públicos oferecidos nas favelas são ao mesmo tempo de natureza pública e coletiva: públicos por serem de livre acesso, coletivos porque são suporte de atividades de grupos maiores ou menores de uma comunidade.

Portanto, construir um espaço público de caráter social e coletivo na favela implica em trazer uma nova realidade para seus moradores. O sucesso da intervenção estará intimamente relacionado com um processo de projeto participativo, com obras executadas com qualidade e com a ocupação efetiva do espaço pela comunidade.

ALTERNATIVAS AMBIENTAIS

Buscou-se soluções simples para a não agressão ao meio ambiente, de fácil execução e com o aproveitamento dos recursos naturais.

Por tratar-se de uma reforma das edificações existentes (e por isso a orientação solar dos edifícios ser preestabelecida), buscou-se alternativas que melhorem o conforto térmico dos espaços internos.

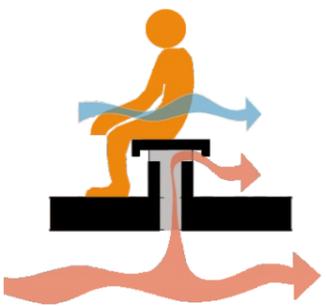
Para isso foram criadas alternativas de ventilação cruzada e ventilação por sheds para resfriamento dos ambientes internos. Algumas aberturas dos edifícios, principalmente nas orientações L, NE e NO, são protegidas com um sistema de painéis móveis de madeira. Estes painéis protegem da insolação direta e, por não serem fixos, adequam-se aos diferentes horários e estações do ano, permitindo ou não a incidência solar e aumentando o conforto interno. Nos brises de concreto da biblioteca será utilizada trepadeira caducifólia, criando uma barreira ainda maior no verão, porém permitindo a entrada de sol durante o inverno.

Partes do edifício possuem teto verde, que proporciona amortecimento e atraso térmico nas temperaturas internas em relação às externas, através da redução da incidência solar na quinta fachada. Para a pavimentação dos espaços públicos serão utilizados blocos intertravados de concreto e madeira de reflorestamento nas áreas de estar, todos com alto coeficiente de permeabilidade.

CONDICIONANTES DE PROJETO

A área de intervenção possui fortes condicionantes, principalmente físicos, que vão além da insolação e ventilação no local. Como a ideia é trabalhar o espaço público dentro da realidade local, a principal condicionante é manter a estrutura e algumas vedações dos galpões existentes, de modo a viabilizar financeiramente a reforma.

Outra forte condicionante é a topografia do local. O projeto de urbanização fortaleceu o desnível da área com um muro de arrimo de quatro metros de altura. Essa grande ruptura na topografia gera problemas de insolação e iluminação no local, além do acúmulo de lixo entre os galpões e o muro e de ser uma barreira física no centro da comunidade. A solução arquitetônica deve tirar partido desse desnível, utilizando as coberturas que estão no nível superior como espaços públicos e acesso aos pavimentos superiores das edificações. Deve-se ainda criar conexões entre os dois níveis, melhorando a fluidez e o contato visual entre os espaços.



Esquema de ventilação pelos bancos (sheds)

